

**REVISTA “ARTICULANDO E CONSTRUINDO SABERES”:
PESQUISADORES INDÍGENAS E DIÁLOGOS INTERCULTURAIS NA
CONSTRUÇÃO DE REFERÊNCIAS PLURIEPISTÊMICAS**

**REVISTA "ARTICULANDO Y CONSTRUYENDO SABERES":
INVESTIGADORES INDÍGENAS Y DIÁLOGOS INTERCULTURALES EN LA
CONSTRUCCIÓN DE REFERENCIAS PLURIEPISTÉMICAS**

**JOURNAL "ARTICULATING AND CONSTRUCTING KNOWLEDGE":
INDIGENOUS RESEARCHERS AND INTERCULTURAL DIALOGUES IN
THE CONSTRUCTION OF PLURIEPISTEMIC REFERENCES**

Tâmara Neiva Costa Manrique

Mestranda do programa ProfHistória (Mestrado Profissional em Ensino de História) pela Universidade Federal de Goiás - UFG.
tamara_neiva_manrique@discente.ufg.br

Thalia da Costa Carvalho

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) pela Universidade Federal de Goiás.
thaliacosta9860@gmail.com

Thaynara Mariana do Nascimento

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) pela Universidade Federal de Goiás (UFG).
Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).
thaynaramariana@discente.ufg.br

Resumo

O presente artigo discute a importância da Revista "Articulando e Construindo Saberes", publicada pelo Núcleo Takinahaky de Formação Superior Indígena da Universidade Federal de Goiás. A Revista proporciona espaço para estudantes e pesquisadores indígenas publicarem seus trabalhos e compartilharem suas perspectivas, conhecimentos e vivências. A publicação abrange diversas áreas do conhecimento, refletindo a riqueza e a pluralidade das culturas dos povos originários. A Revista desempenha importante papel na visibilidade dos saberes indígenas, combatendo estereótipos e promovendo diálogos interculturais. Além disso, estabelece pontes entre os conhecimentos tradicionais com o pensamento ocidental, enriquecendo ambas as perspectivas. O artigo também aborda o impacto do colonialismo e da modernidade nos grupos tradicionais e destaca a presença

de professores e pesquisadores indígenas como uma forma de posicionamento e resistência epistêmica. A análise incluirá uma reflexão crítica sobre o tema, utilizando artigos selecionados de diferentes edições da revista para ilustrar a diversidade cultural e os temas abordados pelos povos indígenas.

Palavras-chave: Revista "Articulando e Construindo Saberes"; Pesquisadores Indígenas; Diálogos Interculturais; Pluriepistemologias.

Resumen

Este artículo discute la importancia de la Revista "Articulando y Construyendo Saberes", publicada por el Núcleo Takinahaky de Formación Superior Indígena de la Universidad Federal de Goiás. La Revista brinda espacio para que estudiantes e investigadores indígenas publiquen sus trabajos y compartan sus perspectivas, conocimientos y experiencias. La publicación abarca diversas áreas del conocimiento, reflejando la riqueza y la pluralidad de las culturas de los pueblos originarios. La Revista desempeña un papel importante en la visibilidad de los saberes indígenas, combatiendo estereotipos y promoviendo diálogos interculturales. Además, establece puentes entre los conocimientos tradicionales y el pensamiento occidental, enriqueciendo ambas perspectivas. El artículo también aborda el impacto del colonialismo y la modernidad en los grupos tradicionales, y destaca la presencia de profesores e investigadores indígenas como una forma de posicionamiento y resistencia epistémica. El análisis incluirá una reflexión crítica sobre el tema, utilizando artículos seleccionados de diferentes ediciones de la revista para ilustrar la diversidad cultural y los temas abordados por los pueblos indígenas.

Palabras clave: Revista "Articulando y Construyendo Saberes"; Investigadores Indígenas; Diálogos Interculturales; Pluriepistemologías.

Abstract

This article discusses the importance of the journal "Articulating and Constructing Knowledge," published by the Takinahaky Center for Indigenous Higher Education at the Federal University of Goiás. The journal provides a space for indigenous students and researchers to publish their work and share their perspectives, knowledge, and experiences. The publication covers various fields of knowledge, reflecting the richness and diversity of indigenous cultures. The journal plays a crucial role in showcasing indigenous knowledge, challenging stereotypes, and promoting intercultural dialogues. Additionally, it bridges traditional knowledge with Western thought, enriching both perspectives. The article also addresses the impact of colonialism and modernity on traditional groups and highlights the presence of indigenous teachers and researchers as a form of positioning and epistemic resistance. The analysis will include a critical reflection on the subject, using selected articles from different editions of the journal to illustrate the cultural diversity and topics addressed by indigenous peoples.

Keywords: "Articulating and Constructing Knowledge" journal; Indigenous Researchers; Intercultural Dialogues; Pluriepistemologies.

INTRODUÇÃO

O presente artigo busca compreender e analisar a importância da Revista “Articulando e Construindo Saberes” que foi idealizada pelo Núcleo Takinahaky de Formação Superior Indígena, pertencente ao Núcleo Intercultural da Universidade Federal de Goiás (UFG) como uma plataforma para que estudantes indígenas pudessem também publicar seus artigos, ensaios, pesquisas e relatos de experiência. As publicações abordam temas que englobam as mais diversas áreas do conhecimento, desde a ecologia, a medicina tradicional, a linguística, a arte indígena e a prática docente no contexto da Educação Escolar Indígena. Essa diversidade temática reflete a riqueza e a pluralidade das culturas indígenas, bem como a capacidade de dialogar com diferentes áreas do conhecimento.

Ao longo dos anos, a revista se consolidou como um importante instrumento de visibilidade dos saberes e culturas dos povos indígenas. Através da publicação de seus trabalhos, adquirem oportunidade de compartilhar suas perspectivas, conhecimentos e vivências, combatendo a invisibilidade e o estereótipo muitas vezes associados às comunidades indígenas, de forma que desempenhe um importante papel na construção de diálogos interculturais. Por meio dos textos publicados, é possível estabelecer pontes entre os conhecimentos tradicionais indígenas e as epistemologias ocidentais, promove troca de saberes que enriquece ambas perspectivas e contribui para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e democrática.

Faremos uma reflexão crítica a respeito do impacto do colonialismo e da modernidade frente os grupos tradicionais, a partir da valorização e retomada dos saberes indígenas e da presença de professores e pesquisadores indígenas. Utilizaremos a Revista como um meio de posicionamento e reafirmação epistêmica, no qual os povos originários possuem espaço acadêmico para debates sobre suas próprias organizações sociais, políticas e econômicas. Para tanto, partimos da contextualização do Núcleo Taninahaky no espaço intercultural da UFG e, a partir de um olhar panorâmico. Devido o volume de produções publicadas, elegeremos artigos específicos de cada edição da Revista para exemplificar a amplitude de temas abordados e a diversidade cultural dos povos indígenas, autores de grande parte dos trabalhos publicados.

PROMOVENDO A AUTONOMIA ACADÊMICA: O PAPEL DO NÚCLEO TAKINAHAKÿ NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES/PESQUISADORES INDÍGENA

O Núcleo Takinahakÿ¹ de Formação Superior Indígena (NTFSI) é uma licenciatura intercultural da UFG, fundada em 2007 com a colaboração de especialistas indígenas e não indígenas. Surge a partir de uma política pública de formação superior indígena impulsionada pelo movimento indígena. Sob a direção da Faculdade de Letras, o núcleo reúne docentes e discentes de diversas origens, indígenas e não indígenas, que se fundamenta sob uma proposta pedagógica *bilíngue, intercultural e diferenciada*. A criação da licenciatura indígena foi resultado de mobilizações e culminou na criação do Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Interculturais Indígenas (PROLIND), com o objetivo de apoiar cursos de licenciatura voltados para a formação de professores de escolas indígenas.

De acordo com o Projeto Pedagógico do Curso (PPC, 2019), a Educação Intercultural da Universidade Federal de Goiás foi estabelecida em resposta às demandas dos povos indígenas da região Araguaia-Tocantins. O curso foi desenvolvido através de diálogos, reuniões e seminários entre indígenas dos estados de Goiás, Tocantins, Maranhão, Roraima e Rondônia, professores da UFG, profissionais da Funai (Fundação Nacional dos Povos Indígenas), Ministério da Educação (MEC)/Secretaria de Educação Superior (Sesu)/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi), Centro de Trabalho Indigenista (CTI) e das Secretarias de Educação dos estados de Goiás, Tocantins e Maranhão. Após dois anos de construção coletiva, o projeto do curso foi apresentado pela Profa. Dra. Maria do Socorro Pimentel da Silva e pelo Prof. Dr. Leandro Mendes Rocha em diversos conselhos da UFG. A sua proposta se baseia nos princípios da interculturalidade, transdisciplinaridade, diversidade cultural e nos direitos dos povos indígenas ao acesso à educação.

O curso atende indígenas de sete Territórios Etnoeducacionais em diferentes estados. Os povos atendidos são falantes de línguas dos Troncos Tupi, Macro-Jê, Família Aruak, Família Karibe e língua portuguesa. O curso foi criado pela Resolução nº 0011/2006/CONSUNI e teve sua primeira turma em 2007. Desde então, várias outras

1 De acordo com o PPC (2019), A palavra Takinahakÿ, da língua Karajá, significa “estrela grande” (takina “estrela” + hakÿ “grande”), na fala feminina.

turmas foram formadas (PPC, 2019).

Para a inserção destes diferentes povos ao NTFSI, o curso lança editais de vestibular anualmente para o ingresso de alunos/professores indígenas. Este edital costuma ser específico para atender às diferentes demandas de diversos povos originários. Há uma prova escrita em que é solicitada uma redação com temas relacionados às questões indígenas e após esta prova há uma entrevista, na qual os candidatos são avaliados por uma banca em que são arguidas questões relacionadas ao seu povo, sua escola e sua comunidade. Esta entrevista pode ser feita em português ou em outras línguas maternas seguindo a preferência e os critérios do entrevistado (PEREIRA, 2015).

Conforme o PPC (2019), a licenciatura intercultural tem o propósito de formar professores indígenas para lecionar nas escolas do Ensino Fundamental e Médio, atendendo às comunidades indígenas. Além disso, o NTFSI visa proporcionar aos licenciandos a aquisição de conhecimentos teóricos e metodológicos para realizar pesquisas, participar da comunidade científica e desenvolver currículos e materiais didático-pedagógicos para a educação escolar indígena. Também busca oferecer condições para os futuros professores/pesquisadores desenvolverem projetos de sustentabilidade e políticas de revitalização das línguas. Dessa forma, compreende-se que o NTFSI não apenas contribui para a formação de professores, mas também promove a valorização das culturas, tradições, saberes, línguas e da própria educação escolar.

Quanto à estrutura curricular, o curso de Licenciatura é dividido entre a Matriz de Formação Básica e as Matrizes Específicas. A Matriz de Formação Básica oferece subsídios para a produção de material didático, desenvolvimento de metodologias de ensino, elaboração de projetos pedagógicos que abordam temas como interculturalidade, diversidade, diferença, identidade/etnicidade, autonomia e alteridade (PPC, 2019). Já as Matrizes Específicas são escolhidas após três anos de curso e incluem áreas como Ciências da Natureza, Ciências da Cultura e Ciências da Linguagem. Os conteúdos dessas matrizes são construídos levando em consideração os diferentes saberes de cada comunidade indígena (PPC, 2019). Além disso, o curso oferece estágio pedagógico e projetos extraescolares que envolvem as comunidades indígenas. Essas práticas incentivam a articulação entre gerações, o fortalecimento das ações culturais e a formação de professores/pesquisadores indígenas em contextos interculturais.

As atividades do curso de Educação Intercultural da UFG incluem disciplinas

teóricas e práticas, buscando abordar aspectos interculturais, linguísticos, pedagógicos, sociais e ambientais. Os estudantes têm a oportunidade de estudar as diferentes formas de conhecimento e práticas educacionais de suas comunidades, refletir sobre a interação entre culturas e a construção de uma sociedade mais inclusiva e equitativa.

Durante o curso, os estudantes são estimulados a desenvolver pesquisas sobre temas relacionados à educação indígena e à valorização das culturas e línguas dos povos originários. Também são realizados eventos, seminários e encontros com a participação de lideranças indígenas, especialistas e outros profissionais da área, a fim de garantir a troca de experiências e o aprofundamento dos debates.

Como fundamentação epistêmica do curso, destacam-se a *Pedagogia da Retomada* e a *Pedagogia da Contextualização*, que têm como base a experiência da educação escolar indígena e a formação de pesquisadores, valorizando as tradições e identidades indígenas. Tais abordagens pedagógicas foram influenciadas pela *interdisciplinaridade* e *transdisciplinaridade*, destacando os conhecimentos indígenas e promovendo uma educação inclusiva e significativa (PIMENTEL DA SILVA; SANTOS; HERBETTA, 2019).

A *Pedagogia da Contextualização* e a *Pedagogia da Retomada* estão correlacionadas, pois uma surge a partir da outra. O conceito de *retomada*, segundo Lacerda (2021), refere-se à ação das comunidades indígenas na recuperação de seus territórios, envolvendo não apenas a retomada física, mas também a transformação emancipatória. O processo envolve a redescoberta e valorização dos saberes e práticas culturais tradicionais (LACERDA, 2021). De acordo com Pimentel da Silva (2017), a *pedagogia da retomada* é um movimento realizado por pesquisadores indígenas que se opõem à *monocultura do saber*, problematizando e trazendo para o debate a espessura da diversidade epistêmica do mundo.

Pimentel da Silva (2017) destaca que a autonomia intelectual na educação só é possível por meio de uma abordagem libertadora que confronta a colonialidade do poder, do ser e do saber. Essa abordagem rompe com a visão hierarquizada ocidental do conhecimento e da ciência, defendendo a inclusão dos saberes indígenas como base para uma educação intercultural. A *Pedagogia da Retomada* e a *Pedagogia da Contextualização* surgem como propostas que buscam atender essa necessidade, reconhecendo a diversidade e conectando diferentes saberes (PIMENTEL DA SILVA,

2017).

A noção dialoga com a ideia dos *Temas Contextuais* que são uma manifestação dessas abordagens pedagógicas e são fundamentados na *Pedagogia da Contextualização*, permitindo neste sentido, a retomada dos saberes silenciados. De acordo com Luciana Dias (2020), eles promovem movimentos epistêmicos e estabelecem um diálogo profundo e não hierarquizado entre os saberes indígenas e os conhecimentos ocidentais, superando as limitações disciplinares da ciência moderna. Essa abordagem pedagógica denuncia a hierarquização de saberes e indivíduos imposta pelo modelo eurocêntrico de ensino, oferecendo uma alternativa mais inclusiva e intercultural (DIAS, 2020).

Os *Temas Contextuais* têm origem na experiência de vida da professora Maria do Socorro Pimentel da Silva, do NTFISI, inspirada na metodologia de Paulo Freire, desenvolveu essa abordagem a partir de sua vivência como professora em uma escola indígena Karajá. Através da utilização dos termos e conceitos próprios da cultura indígena, estimulando o conhecimento dos alunos e sua conexão com a cultura indígena (HERBETA, 2016).

De acordo com o PPC (2019), os *Temas Contextuais* se orientam pelos princípios da *transdisciplinaridade* e a *complementaridade*, destacando os saberes das comunidades indígenas em diálogo com os saberes ditos universais, transformando-os em instrumentos de ensino. A abordagem dos *Temas Contextuais* na Educação Intercultural desafia as limitações disciplinares impostas pela ciência ocidental e promove uma visão mais ampla e interconectada do conhecimento. Por meio da transdisciplinaridade, é possível compreender a complexidade das diferentes culturas presentes nos ambientes de aprendizagem e potencializar a interculturalidade (DIAS, 2020).

Nesta perspectiva, a *Pedagogia da Contextualização* na Educação Intercultural indígena, conforme proposta por Maria do Socorro Pimentel da Silva (2017), busca, por meio do ensino e da pesquisa, valorizar os saberes indígenas, motivar uma educação intercultural e transdisciplinar, redimensionando as limitações disciplinares da ciência moderna. Os *Temas Contextuais* são uma expressão dessa abordagem, na qual estimula a troca de saberes e o diálogo entre as diferentes formas de conhecimento, em contribuição para uma educação inclusiva e uma pesquisa significativa que fortaleça as identidades indígenas.

DESCOLONIZANDO PESQUISAS E METODOLOGIAS: O PAPEL DO PESQUISADOR INDÍGENA NA CONSTRUÇÃO DE NOVAS BASES EPISTÊMICAS

Ao se refletir sobre a escrita da História e o reconhecimento dos múltiplos sujeitos pertencentes a ela, é necessário que seja levado em consideração os lugares de enunciação e das possibilidades de fala dos personagens que constroem suas narrativas. Assim, é possível associar o que Paul Ricoeur diz ao afirmar que o domínio das representações do passado se dá a partir de quem narra (*apud* NASCIMENTO, 2016, p. 231). Nesse sentido, ao elencar como necessário compreender o direito de autodeterminação, torna-se fundamental entender quem são os protagonistas das histórias narradas e as intencionalidades dos registros de memória do processo colonizador. Patrícia Nascimento (2016) apresenta que os registros historiográficos – sobretudo os que foram difundidos a partir do século XIX – partem de uma perspectiva de construção de uma história baseada no discurso de progresso e civilização com interesses unilaterais de construção da identidade nacional, que não considera as alteridades.

Ressalta-se que, esse processo civilizador, ao não considerar a existência do outro, promove políticas de extermínio/genocídio que dizimam diversos grupos originários brasileiros, encobrando suas existências. Se não pela via do extermínio, pelo processo opressor da sociedade envolvente, que parte de uma ideia dicotômica – do bom/manso e o mau/selvagem – que dinamiza o imaginário social a respeito do originário, cabendo aos colonizadores a responsabilidade de amansar/domar essas pessoas para o bem da sociedade (NASCIMENTO, 2016).

As formas de dominação e controle das línguas constituem como um mecanismo de manutenção e organização social pautada nos interesses do colonizador, que (re)elabora os critérios de valorização e exclusão dos indivíduos a partir daqueles que são considerados aptos de serem pertencentes à sociedade dos falantes da língua dominante (OLIVEIRA e PINTO, 2011). Esse processo de aceitação e rejeição das línguas nativas advém da inter-relação entre fala e escrita, que possuem tendência a privilegiar a última, a medida que as bases gramaticais que sustentam as narrativas que não dependem estritamente das oralidades para subsistência se colocam como parâmetro para ordenação social pautada em mecanismos coloniais de existir.

Para o avanço do rolo compressor da colonização foi necessário que

existassem pontes de comunicação entre os indígenas e os portugueses, sendo de extrema importância a presença de intérpretes, em sua maioria eram indígenas – que estabeleciam as comunicações entre os grupos. É interessante refletir sobre essa necessidade de comunicação, uma vez que os próprios portugueses – sobretudo após a instauração do Diretório dos Índios (1750) – proibiam o uso das línguas nativas para que houvesse a ampliação do uso do Português, uma vez que, o próprio proibir e impor uma língua implica no exercício de dominação (TEIXEIRA, 1995).

De acordo com Raquel Teixeira (1995), a necessidade de utilização da língua portuguesa pelos nativos se dá a partir da obrigação – imposição – do contato com o branco. Segundo a autora, a língua de um determinado grupo compõe o sistema organizacional de uma sociedade, além de guardar sua história e sua cultura, entendendo que eventualmente essa língua pode vir a desaparecer, devido suas mudanças no tempo.

O colonialismo possui uma forma duradoura de domínio epistêmico. De acordo com Aníbal Quijano (2019), a medida que a colonização se consolidava na América Latina, bases foram estabelecidas para a dominação cultural e política por meio da noção europeia de racionalidade-modernidade. Com o objetivo de justificar a exploração material e humana desses territórios, foi imposto um padrão universal de conhecimento, fundamentado nas noções de *cientificidade* e *objetividade*, que resultaram em uma "repressão sistemática não apenas de crenças, ideias, imagens, símbolos e conhecimentos específicos que não serviam para a dominação colonial global" (QUIJANO, 2019, p. 105)².

O pensamento ocidental, portanto, desvalorizou os conhecimentos que não se alinhavam com a mesma racionalidade das ciências europeias, promovendo uma visão de superioridade cultural baseada nos próprios padrões de conhecimento e interpretação. No contexto latino-americano, esse argumento foi amplamente utilizado para legitimar a exploração massiva e a tentativa de extermínio dos povos indígenas, seja para utilizá-los como mão de obra, seja para apropriação de suas terras. Como resultado, a imagem que prevalece no imaginário social em relação aos povos originários – assim como às chamadas comunidades tradicionais e grupos historicamente subalternizados – é a de "subculturas camponesas iletradas" (QUIJANO, 2019, p. 106).

As práticas do colonialismo continuam presentes na nossa

² As citações diretas de Aníbal Quijano são tradução nossa.

contemporaneidade, agora assumindo a forma de imperialismo, e podem ser observadas nas estruturas de poder que resultam em discriminações sociais que recaem, propositalmente, sobre populações classificadas com base em critérios de "raça" ou "etnia" (QUIJANO, 2019). Essa estrutura de poder não apenas influencia as relações sociais e de classe, mas também se tornou a matriz dominante de exploração em escala global:

É impossível ignorar que a grande maioria dos explorados, dominados e discriminados são justamente os membros das "raças", "etnias" ou "nações" nas quais as populações colonizadas foram categorizadas durante o processo de formação desse poder mundial, desde a conquista das Américas em diante (QUIJANO, 2019, p. 106).

Podemos observar um padrão semelhante em relação às ciências europeias, que são frequentemente utilizadas como instrumentos de dominação e poder. Ao retomarmos a crítica de Quijano (2019) sobre a imposição de um padrão universal pelo conhecimento ocidental – que contraditoriamente tem sido negado aos povos subalternizados ou transmitido de maneira parcial e seletiva, de acordo com os interesses em jogo. Isso fica claramente evidenciado na tentativa de impor aos povos indígenas os padrões culturais e linguísticos da sociedade nacional. Existe um elemento central nesse processo: o pensamento ocidental mobiliza uma visão única, baseado em sua suposta imparcialidade científica, e é visto como a visão imperativa e legítima para a interpretação de diversos fenômenos, inclusive os de natureza humana, sendo assim a principal via de acesso ao poder.

Ao longo de um extenso período de tempo, os colonizadores adotaram uma narrativa científica aparentemente imparcial para denominar e classificar os povos nativos, privando-os do poder de autodeterminação. As pesquisas conduzidas sobre comunidades indígenas foram predominantemente influenciadas pela perspectiva da epistemologia ocidental, resultando em práticas que perpetuaram estereótipos distorcidos e preconceituosos sobre esses povos, além de contribuírem para sua marginalização.

Linda Tuhiwai Te Rina Smith, professora Maori da Nova Zelândia, argumenta que o termo pesquisa está associado ao imperialismo e ao colonialismo europeu. Essa palavra atua como uma mácula para os povos indígenas, evocando memórias dolorosas e desconfiança quando mencionada dentro dessas comunidades. A memória das maneiras pelas quais a pesquisa científica esteve envolvida nos piores excessos do colonialismo continua sendo uma narrativa impactante para muitos povos

colonizados ao redor do mundo (1999).

De acordo com a autora, há uma ligação intrínseca para os povos indígenas entre os relatos de colonização, as formas como foram realizadas as narrativas sobre os povos originários nas pesquisas, o trato dos pesquisadores e as injustiças cometidas em seus territórios. O Ocidente busca apropriar-se e reivindicar a propriedade das formas de conhecimento indígenas, suas representações e produções, ao mesmo tempo em que rejeita aqueles que foram os verdadeiros criadores e desenvolvedores dessas ideias, negando-lhes oportunidades de serem os protagonistas de suas próprias culturas. Persiste uma recusa em reconhecer a validade das reivindicações indígenas, incluindo seus direitos à terra, autodeterminação, preservação de suas línguas, conhecimentos culturais, recursos naturais e um modo de vida em harmonia com o meio ambiente.

A memória coletiva do imperialismo impregna o discurso ocidental em relação ao outro, infiltrando-se nas instituições, no vocabulário, na educação e na burocracia. A perspectiva acadêmica é respaldada por uma estrutura corporativa que emite declarações, autoriza pontos de vista, descreve e ensina, desempenhando um papel de controle (TUHIWAI, 1999). Conforme destacado por Alessandro Portelli (1996, p. 3), “tanto na escravidão quanto na antropologia, aqueles que têm o controle institucional e material detêm o poder de julgar e definir, seja através do chicote, da lapiseira ou do gravador”. Muitas vezes as pesquisas realizadas junto aos povos indígenas apenas reafirmam o que eles já sabiam, propondo soluções que se mostram ineficazes (TUHIWAI, 1999).

Ao compreender a pesquisa como um campo de luta entre os interesses e formas de conhecimento ocidental e resistências do conhecimento do outro, especialmente no contexto indígena, é essencial desfazer a abordagem ocidental predominante. Isso implica em retomar as vozes e espaço às histórias e perspectivas dos povos originários, assim como abordar os problemas discutidos pelas comunidades indígenas. As prioridades da pesquisa devem estar alinhadas com as demandas e desafios enfrentados por essas comunidades, valorizando o protagonismo de seus indivíduos, planejando cuidadosamente e buscando respostas que contribuam para a resistência contra as formas contemporâneas de dominação e silenciamento (TUHIWAI, 1999). É crucial reconhecer que a pesquisa não ocorre em um vácuo político e social, mas sim dentro de um contexto em que influencia e é influenciada.

Segundo John Monteiro (1999), por muito tempo, os povos indígenas foram relegados à invisibilidade pela historiografia brasileira. A questão indígena, abordada como campo estrito da antropologia e da etnografia (MONTEIRO, 2001), foi amplamente negligenciada pelos estudos históricos. Quando mencionados, os povos originários eram retratados de maneira estereotipada como primitivos, associados a um passado distante, ou simplesmente como pano de fundo para eventos protagonizados pelos colonizadores, como a invasão europeia e o estabelecimento do empreendimento colonial.

Chimamanda Ngozi Adichie (2019) nos convida a uma importante reflexão ao nos alertar sobre *Os perigos de uma história única*: iniciar a narrativa histórica a partir da perspectiva dos indígenas americanos, em vez de começar com a chegada dos europeus. Sem dúvida, essa abordagem resultaria em uma história completamente diferente. Reduzir os povos originários a meros coadjuvantes dos feitos e intentos do mundo ocidental, e ainda mais, limitar sua participação nos eventos históricos apenas pelos maus tratos sofridos pela ação dos não indígenas, implica em perpetuar mais uma injustiça contra esses povos (MONTEIRO, 1999). Esse tipo de abordagem não leva em consideração os diversos processos de mobilização e resistência das sociedades indígenas, suas estratégias de luta e as conquistas alcançadas por meio da adaptação às novas condições impostas pela invasão dos colonizadores. Ao fazê-lo, essa perspectiva reforça a construção do mito nacional do indígena como ser indolente, relegando-os à condição de sujeitos meramente explorados.

Contraopondo a visão pessimista do indigenismo branco, que retrata os povos originários como estando à beira do desaparecimento ou como impotentes diante de sua própria fatalidade, é fundamental compreender o movimento indígena como um processo em curso. A revitalização desses povos (MONTEIRO, 1999) envolve a elaboração de interpretações autênticas sobre si mesmos e sobre sua história, levando em consideração seus próprios significados cosmológicos, políticos e históricos de forma integrada. Reconhece assim que, diante da intensa opressão da sociedade dominante, eventualmente eles tiveram que adotar ou, melhor dizendo, adaptar as ferramentas do mundo ocidental. As ferramentas de adaptação “nesse contexto est[ão] intrinsecamente ligado a um discurso voltado para fora, mas com implicações importantes na consolidação da identidade interna” (MONTEIRO, 1999, p. 244).

Os povos indígenas têm demonstrado ao longo da história uma notável

capacidade de adaptação diante das pressões e opressões impostas pelos não indígenas. Frequentemente, recorrem e adaptam ferramentas e práticas dos brancos para difundir seus conhecimentos e estabelecer interlocuções que garantam o acesso aos direitos conquistados. Nesse contexto, a presença de pesquisadores indígenas desempenha um papel fundamental. Ao assumirem um papel de protagonismo em suas pesquisas, eles têm a capacidade única de trazer suas perspectivas e epistemologias para o centro do debate público.

A revista "Articulando Saberes" desempenha um papel relevante na difusão de epistemologias indígenas e na consolidação da *educação como manejo do mundo*. De acordo com Gersem José dos Santos Luciano (2019), a prática de *monocultura* dos não indígenas extrapolam as questões agrárias e alcançam às instituições acadêmicas, escolares e à sociedade que partilha o pensamento ocidental. Assumir uma postura de desobediência epistêmica em relação às ciências, valores e cosmovisões indígenas implica em questionar e resistir às imposições dominantes.

Para os povos originários, o propósito do conhecimento é interagir com o mundo, não com o intuito de exercer controle sobre ele, mas de se alinhar a ele, buscando colaboração e reciprocidade mútua (LUCIANO, 2019). Nesse sentido, a revista oferece um espaço dedicado à produção de conhecimentos indígenas, permitindo que suas vozes sejam ouvidas e suas contribuições sejam reconhecidas. Por meio dessa plataforma, os pesquisadores indígenas têm a oportunidade de compartilhar suas experiências, reflexões e descobertas, fortalecendo, assim, a valorização e preservação de suas culturas e sabedorias ancestrais.

A REVISTA ARTICULANDO E CONSTRUINDO SABERES: PESQUISA COMO ESPAÇO DE FORTALECIMENTO DAS EPISTEMOLOGIAS INDÍGENAS

A revista "Articulando e Construindo Saberes" é uma publicação do Núcleo Takinahaky de Formação Superior Indígena. Atualmente, a revista conta com sete volumes, tendo o primeiro sido publicado em 2016. Seu principal objetivo é promover a valorização e difusão dos saberes indígenas, além de fomentar o diálogo intercultural e a reflexão crítica sobre as questões que afetam as comunidades indígenas. Ela surge como resposta à necessidade de proporcionar acesso à educação superior de qualidade para os povos indígenas, comprometida com a valorização e fortalecimento da cultura e dos

conhecimentos tradicionais.

A Revista veicula publicações em diversos idiomas, incluindo línguas indígenas, português e espanhol. No caso de pesquisas desenvolvidas sobre saberes tradicionais da cultura indígena, é comum a colaboração com anciãos, anciãs, bibliotecas vivas e intelectuais de seus povos. Ao adotar critérios voltados à interculturalidade, a revista busca integrar as pesquisas e publicações dos povos originários, contribuindo para a revitalização e difusão dos saberes tradicionais. Além disso, valoriza a diversidade linguística e as identidades culturais, destacando o protagonismo das narrativas indígenas. Dessa forma, a revista consolida o debate pluriépistêmico no âmbito das pesquisas científicas e enriquece o conhecimento acadêmico com perspectivas diversas em respeito a pluralidade de saberes.

O primeiro volume da Revista "Articulando e Construindo Saberes", publicado em agosto de 2016, destaca-se por ser a edição com o maior número de publicações de pesquisadores indígenas. Das trinta e oito publicações desta primeira coletânea, trinta e quatro são de autoria indígena ou de pesquisadores indígenas em colaboração com professores não indígenas. Essa conquista traz consigo uma série de significados e reflexões que revelam a importância da presença dos saberes e das pesquisas indígenas na ocupação dos espaços acadêmicos.

Ao analisar este primeiro volume, observamos a pluralidade de conhecimentos e a diversidade de saberes que evidenciam a complexidade epistêmica dos povos originários. Essa variedade contribui significativamente para o campo da produção científica, amplia os horizontes e proporciona perspectivas diferenciadas. É importante destacar que esses conhecimentos tradicionais, que durante muito tempo foram sub-representados ou marginalizados, agora encontram espaço para serem valorizados. As contribuições presentes neste volume abordam uma ampla gama de temas, que vão desde questões ambientais e preservação cultural até a revitalização das línguas maternas, a saúde indígena, as tradições orais, as pinturas corporais e os rituais tradicionais.

As primeiras produções indígenas publicadas neste volume foram, em sua maioria, resultados de pesquisas realizadas no âmbito da ação "Saberes Indígenas na Escola", que também é desenvolvida nas edições subsequentes da revista. Esse projeto de formação continuada, coordenado por Maria do Socorro Pimentel e financiado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/Ministério da Educação

(FNDE/MEC), ocorreu de 2013 a 2018 na rede Universidade Federal de Goiás/Universidade Federal de Goiás/Universidade Federal do Maranhão (UFG/UFG/UFMA). Seu principal objetivo é promover a formação continuada de professores da educação escolar indígena, bem como incentivar a pesquisa nesse contexto. Os professores/pesquisadores participantes recebem bolsas para desenvolver estudos que contribuam para a elaboração de recursos didáticos e pedagógicos, que atendam às especificidades da organização comunitária, do multilinguismo e dos projetos interculturais educativos baseados nos saberes tradicionais indígenas.

Entre as temáticas abordadas nos artigos publicados neste primeiro volume, destaca-se o “ciclo de vida”. Pesquisadores dos povos Xerente, Gavião, Iny Karajá, Tapirapé e Javaé apresentam detalhadamente cada fase da vida, ressalta a importância dos rituais e tradições que acompanham os diferentes ritos de passagem, desde o nascimento até a idade adulta. É fundamental destacar que esses estudos reconhecem as particularidades dos diversos estágios da vida, tanto para mulheres quanto para homens, valorizando suas dimensões espirituais. Essas cerimônias são compartilhadas não apenas pelos pais, mas também por toda a comunidade, o que evidencia a dimensão coletiva atribuída a esses momentos significativos no cotidiano dos indivíduos.

Os demais artigos abordam diversos aspectos da cultura e das tradições indígenas, explorando a interação entre a escola e a comunidade. Alguns estudos se concentram nos empréstimos linguísticos e nos sistemas de nomeação da língua materna, enquanto outros destacam o trabalho com objetos e ferramentas culturais indígenas, como canoas, arcos e flechas, artesanatos e pintura corporal. Além disso, há análises aprofundadas das práticas da tradição oral, dos rituais, das lendas antigas e das festas, assim como pesquisas históricas sobre os parentescos e as origens dos clãs do respectivo povo

No contexto geral, as investigações revelam um papel fundamental no fortalecimento da cultura e tradições, permite que as comunidades explorem, valorizem e preservem seus conhecimentos ancestrais. Essas pesquisas são conduzidas pelos membros das comunidades, que se tornam pesquisadores de suas próprias histórias, saberes e práticas culturais. Além disso, a presença dos pesquisadores indígenas desempenha um papel crucial na consolidação do direito à autodeterminação dos povos originários e colabora para a superação da visão monotópica ocidental. Ao assumirem o

protagonismo na pesquisa, rompem com os paradigmas hegemônicos e trazem perspectivas plurais e contextualizadas, garantem voz e representação adequada às suas sociedades.

No artigo publicado por Leonice Cardoso Gavião (2016) sobre o *pърpex jõ'amjõhquẽn*, também conhecido como a Festa da Tora de Barriguda – uma cerimônia realizada após os momentos fúnebres –, a autora relata que sua pesquisa possibilitou uma ampliação significativa da consciência em relação aos conhecimentos tradicionais de seu povo, ao mesmo tempo em que contribuiu para a valorização renovada desse importante conhecimento tradicional para a comunidade. Nesse contexto, a investigação evidencia de maneira contundente a importância das tradições e saberes ancestrais, os quais, de acordo com a autora, enfrentam atualmente o risco de serem perdidos diante das influências das culturas contemporâneas.

Em boa parte dos artigos publicados, os pesquisadores indígenas destacam como suas investigações resgatam práticas da tradição oral e conhecimentos que, ao longo dos anos, deixaram de ser praticados no cotidiano de seu povo. Tais pesquisas frequentemente envolvem a realização de entrevistas e a busca por relatos de anciãos, que são fontes valiosas dos saberes tradicionais. Esse movimento evidencia a retomada da memória e das aprendizagens ancestrais, com a participação ativa tanto da escola quanto da comunidade.

No estudo intitulado "Arco e flecha *apyãwa*", Arawyo Tapirapé (2016) ressalta o objetivo central de transmitir aos estudantes indígenas os saberes de sua comunidade, a fim de proporcionar-lhes uma compreensão abrangente dos valores e usos relacionados ao arco e flecha. Para realizar a pesquisa, o autor fundamentou-se nos conhecimentos transmitidos pelo ancião *Awaetekato'i*, que desempenha função primordial na preservação e transmissão dessa herança cultural, permitindo que os estudantes compreendam a importância desses saberes em harmonia com a natureza e a cultura.

A participação dos anciãos e anciãs nas pesquisas indígenas desempenha papel fundamental, pois são guardiões de conhecimento profundo sobre a cultura e a história de suas comunidades. Sua sabedoria ancestral é transmitida por meio da oralidade, envolvendo práticas, valores e tradições. Dessa forma, a inclusão dos anciãos nas pesquisas indígenas garante o compartilhamento desses saberes, promove o

reconhecimento e valorização das perspectivas dos povos tradicionais, além de contribuir para o fortalecimento da identidade cultural e a construção de laços de integração sólidos dentro das comunidades.

Samuel Iòlò Javaé (2016) destaca a estreita colaboração dos anciãos da comunidade em sua pesquisa. O estudo concentra-se na educação, nos cumprimentos e nas atitudes de respeito para o povo Javaé. Durante as reuniões com os anciãos, foi ressaltada a importância de valorizar a cultura na escola e de documentar esses conhecimentos para que as gerações futuras tenham acesso a eles nos próximos cinquenta anos. A preocupação levantada pelos anciãos revela as transformações e desafios enfrentados pelas comunidades indígenas na preservação e transmissão das sabedorias ancestrais aos mais jovens, bem como a adaptação de novos recursos, como a escrita, como instrumento de propagação de conhecimento.

O segundo volume da revista conta com trinta e cinco trabalhos, dos quais vinte e três são de autoria indígena. A publicação aborda questões relacionadas à transmissão de conhecimentos e às estratégias de preservação e revitalização das culturas indígenas em contato com as culturas não indígenas, bem como o impacto das influências ocidentais nas comunidades. Um exemplo disso é o texto de Edgar Tsere'õmorãté Urébété (2017), intitulado "Comida tradicional Xavante", que discute as transformações na alimentação dos Xavantes após o contato com os hábitos alimentares dos não indígenas. Essa mudança de direção no consumo, deixando de priorizar alimentos naturais e passando a optar por produtos industrializados, resultou no aumento de doenças como diabetes, pressão alta e obesidade, conforme apontado pelo autor

é preciso voltar como era a alimentação do povo A'uwẽ antes do contato com os brancos, porque os A'uwẽ estão ficando mais doentes depois que foram inseridos alimentos industrializados, como açúcar, refrigerante, salgadinho e muito mais. Os anciãos da aldeia contaram sobre como era a alimentação dos índios A'uwẽ antes do contato com os homens brancos. Disseram que hoje em dia os índios estão adoecendo mais conforme trocam suas comidas tradicionais pela alimentação industrializada (URÉBÉTÉ, 2017, p. 93).

Ainda sobre a alteração na dinâmica cultural indígena, a revista aborda temáticas relacionadas ao impacto da tecnologia e à sistematização da educação, que têm consequências para os interesses do Estado e exigem a necessidade de adaptação dos costumes nas comunidades indígenas. Um desses aspectos é a incorporação do uso de tecnologias, como discutido por Wakedi da Mata Brito (2017) em seu artigo intitulado "A chegada da tecnologia na educação do povo Xerente". O autor descreve a introdução

do consumo tecnológico a partir da década de 1970, com a comunicação entre as aldeias por meio do rádio, o aumento do consumo de energia elétrica na década de 1990, e o uso atual de celulares digitais e redes sociais, que envolvem não apenas os jovens, mas também os membros mais velhos das comunidades.

O terceiro volume apresenta a publicação de vinte e oito pesquisas, sendo que quatorze delas foram escritas por indígenas. Neste volume, são abordados temas como as práticas de saber e ensinar sob perspectivas decoloniais, a importância da língua portuguesa e a preservação das línguas nativas nas comunidades indígenas, bem como a necessidade de recursos educacionais como forma de valorização social e cultural dos povos tradicionais.

Embora haja um reconhecimento da importância da língua portuguesa, não ocorre uma desvalorização da língua Karajá, mas sim a sua reafirmação como um meio fundamental de preservação da cultura indígena. Nas escolas, é essencial adotar uma abordagem bilíngue que permita o ensino de ambas as línguas, destacando a importância de os estudantes (re)conhecerem as duas narrativas. Dessa forma, busca-se promover não apenas a fluência na língua portuguesa, considerada o "idioma do poder brasileiro", mas também o fortalecimento da identidade cultural e o respeito pela língua Karajá, fomentando o diálogo intercultural e a valorização dos conhecimentos indígenas. Assim, de acordo com o autor

a nossa necessidade tão imensa para aprender a escritura e o letramento da língua portuguesa é real, mas devemos ser cuidadosos para que, em nome dessa necessidade, não deixemos a nossa língua de lado. É verdade que o domínio da escritura da língua portuguesa nos dá uma independência política. Mas, a nossa língua é a nossa raiz, nosso maior patrimônio. Não somos nada sem ela (KARAJÁ, 2018, p. 376).

A partir da perspectiva de construção de saberes intra e interculturais, destaca-se a incorporação dos conhecimentos não indígenas como parte integrante das comunidades indígenas, funcionando como um mecanismo de incorporação e resistência em relação aos costumes ocidentais. No trabalho de Júlio Kamêr Ribeiro Apinajé e Rosilene Fernandes da Costa Apinagé (2018) intitulado "Panhĩ apinajé xujahkre nẽ kot amnhĩ nhĩpêx/ Processo de educação panhĩ apinajé: contribuição política sociocultural", ressalta-se a importância de abordagens diversas em relação à construção de conhecimento e à concepção de mundo no espaço escolar, visando preservar os costumes indígenas. Segundo os autores,

o povo Apinajé está implantando aos poucos seu processo de aprendizagem na escola e na aldeia. Os professores têm trabalhado arduamente incentivando os jovens a manterem viva sua ciência e sua cultura. Tanto é que os professores estão trabalhando junto com os mestres, ou seja, com os sábios, para incorporar esse método à prática escolar e à prática social. Desta maneira, os jovens se sentem motivados a continuar aprendendo e praticando a cultura. Entretanto, a escola ainda não incorporou essa concepção de uma educação inovadora, que tem oportunidade de formar em saberes intra e intercultural. Isso delimita a inserção de novas ciências panhã. Não há uma forma única de educar. São vários os caminhos, principalmente, com a educação Apinajé que existe há milhares de centenas de anos. Ouve-se que a escola é a comunidade e que a comunidade é a escola, mas, na prática, nada disso acontece, ou pouca coisa acontece (RIBEIRO APINAJÉ e COSTA APINAJÉ, 2018, p. 35).

Os volumes recentes da revista (quatro, cinco, seis e sete) apresentam artigos com características em comum. Embora haja menos publicações de pesquisadores indígenas³, os trabalhos se destacam por suas pesquisas elaboradas, que aprofundam as práticas de estágios, Temas Contextuais e etapas de estudos realizados nas escolas das comunidades indígenas. Essas pesquisas revelam, de maneira mais próxima, os conhecimentos ancestrais e a implementação da educação escolar indígena.

Ao adotar uma perspectiva que incorpora os saberes indígenas, os pesquisadores trazem à tona uma visão enriquecedora que contribui para a promoção da diversidade epistemológica no campo científico. Esses aspectos são amplamente evidenciados nos trabalhos, nos quais os autores das pesquisas optam por não se limitar a documentos escritos, mas sim valorizar as práticas da oralidade como forma de documentar as tradições e conhecimentos de suas comunidades. Ao reconhecer e valorizar a importância da tradição oral, os pesquisadores indígenas retomam narrativas e perspectivas que frequentemente são marginalizadas ou ignoradas. Eles desenvolvem trabalho colaborativo junto às suas comunidades, estabelecendo relações de confiança e fortalecendo a emancipação de seus próprios conhecimentos.

Podemos evidenciar esses aspectos no trabalho publicado por Daniel Bidjawari Karajá (2019) em seu artigo intitulado "Pesca coletiva com timbó do povo Karajá". Ao realizar essa pesquisa, Daniel Karajá destaca a completa ausência de informações escritas sobre o tema. Segundo ele, "não foi possível encontrar nenhum artigo acadêmico que abordasse essa questão específica relacionada ao povo Karajá".

3 Número de artigos indígenas publicados em cada volume:

Volume 4: 7 artigos de pesquisadores indígenas de um total de 19 artigos publicados;

Volume 5: 5 artigos de pesquisadores indígenas de um total de 28 artigos publicados;

Volume 6: 2 artigos de pesquisadores indígenas de um total de 15 artigos publicados;

Volume 7: 1 artigo de pesquisadores indígenas de um total de 6 artigos publicados.

Portanto, para obter conhecimento sobre como a pesca coletiva com timbó era realizada e qual tipo de flecha era utilizado pelos Karajá, foi necessário recorrer a fontes orais e conduzir entrevistas com anciãos e anciãs. Essa abordagem permitiu resgatar e registrar conhecimentos valiosos que, de outra forma, poderiam ter sido perdidos ou negligenciados.

No final do artigo, Daniel Karajá (2019) destaca a importância da pesquisa tanto para seu povo quanto para a sociedade em geral. Ressalta que o conteúdo pesquisado representa a realidade dos povos indígenas e sua forma consciente e harmoniosa de conviver com a natureza. Segundo o autor, a investigação trouxe contribuições inestimáveis para a comunidade, pois permitiu o resgate de prática de ensinamento por meio da oralidade entre os anciãos e os mais jovens. Tal conscientização possibilitou a revitalização e atualização de ritos que, ao longo do tempo, foram sendo deixados de lado, principalmente no contexto da pesca coletiva com o timbó do povo Karajá.

Em "Reflexões sobre uma prática pedagógica construída e vivida no contexto da formação de professor intercultural", de Harawana Karajá (2019), é ressaltado que as crianças Iny estão retomando os conhecimentos ancestrais através de pesquisas realizadas junto aos anciãos e anciãs. De acordo com o autor, os mais jovens estão aprendendo saberes tradicionais, como a confecção de artesanatos e outros conhecimentos que estavam sendo esquecidos.

Pesquisar e buscar conhecimentos dos anciãos, sobre arco e flecha, porque hoje em dia nossas crianças não sabem mexer com arco e flecha e também não sabem como é que se faz esse instrumento, nem qual madeira serve para fazer arco. Então, essa questão é muito importante para a nossa comunidade e nossas crianças. A minha concepção é de fortalecer nossa identidade. (KARAJÁ, 2019, p. 8)

Conforme mencionado, é relevante ressaltar, como destacado pelo autor, que a prática do conhecimento para os povos indígenas é fundamentada na escuta e na vivência. De acordo com suas palavras, "quando estamos aprendendo um conhecimento importante, sempre recebemos conselhos, ouvimos histórias, somos educados. Portanto, não se trata apenas de aprender a fazer uma flecha, mas vai além disso" (KARAJÁ, 2019, p.8). Isso significa que os saberes são elementos essenciais para a convivência e, por essa razão, desempenham um papel de extrema importância nas tradições indígenas.

Os últimos volumes da revista também abordam de maneira contundente as violências sofridas pelos povos originários durante a pandemia da Covid-19. Os

pesquisadores indígenas trazem uma visão contextualizada e impactante da realidade enfrentada, evidenciando não apenas as vulnerabilidades socioeconômicas e a falta de acesso a serviços de saúde, mas também a trágica perda de milhares de parentes, incluindo anciãos e anciãs, verdadeiros pilares intelectuais de seus povos. Suas pesquisas nos apresentam uma compreensão ampla e sensível dos efeitos devastadores da pandemia nessas comunidades. Por meio dessas investigações minuciosas, os pesquisadores indígenas identificaram e documentaram os impactos nefastos da Covid-19, o que contribuiu significativamente para o desenvolvimento de estratégias de enfrentamento da pandemia. Além disso, ressaltam a importância das práticas culturais e de saúde indígenas, bem como a relevância dos sistemas de conhecimento tradicionais na prevenção e cuidado durante a crise sanitária.

No artigo "Histórias da Covid-19: reflexões sobre violências desveladas na pandemia e o potencial das plantas-pessoas-espíritos" (2021), publicado coletivamente por onze pesquisadores indígenas de diferentes povos, juntamente com a professora Maria do Socorro Pimentel e o professor Alexandre Herbeta do Núcleo Takinahakỹ, são abordados de forma efetiva os desafios enfrentados pelas comunidades indígenas. O artigo também destaca os conhecimentos tradicionais e o fortalecimento da autonomia e representatividade das comunidades indígenas diante do enfrentamento da crise. Além de denunciar a falta de ação governamental, ressalta a mobilização e resistência empreendida pelas próprias comunidades. Houve uma atuação intensa de caciques, pajés e lideranças na luta pela resistência indígena. Nos territórios originários, foram implementadas ações bem-sucedidas de barreiras sanitárias, que se mostraram essenciais para a sobrevivência desses povos.

Em "Meà e a luta contra o avanço do coronavírus entre os Apinajé", publicado por Sheila Baxy Apinajé, é realizada uma reflexão sobre os impactos da pandemia na saúde mental dos povos de sua comunidade. A autora relata que, ao receberem as informações sobre a pandemia pela Equipe Emergencial do Município de Tocantinópolis, seu povo foi tomado por um surto psicológico, devido à memória de outras pandemias vivenciadas no passado, como a Gripe Espanhola de 1808, que resultou em inúmeras mortes indígenas e quase levou seu povo à extinção. No entanto, graças à organização das lideranças e às medidas preventivas adotadas entre os povos indígenas, até a data da pesquisa realizada, não havia registros de casos de Covid-19 nas aldeias do povo Apinajé.

Essa conquista reflete o empenho coletivo e o compromisso com a proteção da saúde e do bem-estar de sua comunidade.

Ao explorarem temas como a preservação dos saberes indígenas, a relevância da oralidade, a resiliência diante das adversidades e a luta contra a violência e a pandemia, os pesquisadores indígenas nos conduzem a uma reflexão profunda sobre a riqueza e complexidade dos conhecimentos e estratégias de adaptação dos povos originários face às adversidades. Suas pesquisas não se limitam a expandir nosso conhecimento, mas também nos sensibilizam para a importância de valorizar e respeitar as diversas formas de ser e de conhecer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, compreendemos que a Revista "Articulando e Construindo Saberes" proporciona um espaço de resistência diante das formas de dominação e das diversas manifestações do poder, conhecimento e identidade. Percebemos que nos locais onde há a possibilidade de expressão e preservação de suas tradições, ocorre um confronto direto com estruturas dominantes que reprimem e impõem padrões culturais com uma tendência homogeneizadora de origem europeia.

Os povos indígenas e as questões relacionadas a eles encontram-se imersos em um cenário de transformações, instabilidade e incerteza nas sociedades pós-industriais. Nessa conjuntura, emergem diferentes contextos e oportunidades para que os povos nativos reivindiquem e protejam seus direitos. Líderes indígenas encaram essas perspectivas com otimismo, vislumbrando-as como caminhos para um futuro promissor (TUHIWAI, 1999). Os povos originários são protagonistas ativos e engajados nas mudanças globais, não se contentando em ser meros espectadores passivos.

No contexto atual do movimento indígena no Brasil, a autodeterminação tornou-se uma questão fundamental para os povos indígenas. A possibilidade de elaborar e reinterpretar sua própria história, bem como reafirmar sua identidade política e reivindicar o direito à posse da terra, tem sido um recurso poderoso. Essa mudança de perspectiva é fruto da compreensão das lideranças sobre a inovação conceitual apresentada pela Constituição de 1988, que abandonou a abordagem assimilacionista e adotou o princípio do direito à diferença (MONTEIRO, 1999).

As licenciaturas interculturais desempenham um papel fundamental na

formação de professores e pesquisadores indígenas. Instituições como o Núcleo Takinahakỹ têm desempenhado um papel importante na promoção desses cursos, que visam valorizar e difundir os conhecimentos dos povos originários, proporcionando uma formação que vai além dos conteúdos acadêmicos convencionais. Essas licenciaturas são direcionadas aos indígenas, capacitando-os a atuarem como professores em suas próprias comunidades, respeitando suas línguas, culturas e formas de conhecimento, a fim de fortalecer a identidade e autonomia dos povos com base em suas especificidades. Dessa forma, eles podem transmitir seus saberes tradicionais, práticas e valores às novas gerações, garantindo assim a valorização da cultura indígena.

A formação de pesquisadores indígenas desempenha um papel significativo na revitalização e preservação dos conhecimentos ancestrais, bem como no fortalecimento das lutas pelos direitos. Esses professores-pesquisadores assumem uma função essencial na disseminação dos saberes e na promoção de uma educação pluriépistêmica, rompendo com o silenciamento imposto pela racionalidade europeia desde o período colonial. Ao trazer à tona as epistemologias indígenas, desafiam a hegemonia do conhecimento ocidental, valorizando e legitimando outras formas de conhecimento presentes entre os povos originários.

Ao promover o protagonismo indígena na produção de conhecimento, iniciativas como a revista "Articulando Saberes" e o Núcleo Takinahakỹ contribuem para a construção de uma sociedade mais democrática e justa. Elas desafiam os padrões dominantes de produção e difusão do conhecimento, colocando em evidência a diversidade epistemológica existente e questionando as hierarquias de poder que historicamente marginalizaram os saberes indígenas.

Dessa forma, a presença e atuação de pesquisadores indígenas, juntamente com a existência de veículos de divulgação, como a Revista, desempenham um importante papel na garantia da pluralidade de vozes e perspectivas no processo de construção do conhecimento, especialmente no âmbito do debate sobre decolonialidade.

Ao preservarem e divulgarem suas línguas maternas e promoverem a retomada de seus costumes, os pesquisadores indígenas contribuem para a valorização e fortalecimento de suas culturas ancestrais. Isso permite a ampliação das possibilidades de diálogo intercultural e a quebra dos paradigmas impostos por uma perspectiva hegemônica e eurocêntrica.

Essas iniciativas contribuem para um diálogo intercultural mais equilibrado, no qual os saberes indígenas são valorizados e reconhecidos como parte integrante do patrimônio cultural e intelectual da humanidade. Ao promover o respeito e a valorização das epistemologias indígenas, consolidam-se bases mais sólidas para a construção de uma sociedade que tenha em vista a superação de hierarquia de saberes e leve em conta a existência de pluriépistemologia. Conforme sinaliza Catherine Walsh (2022): “não há justiça social sem reparação cognitiva”. O movimento decolonial, portanto, ressalta a importância de desafiar e dismantelar as estruturas coloniais presentes nos sistemas de conhecimento e no imaginário coletivo ao promover a descolonização do pensamento, abrindo espaço para outras formas de saberes e perspectivas, como os saberes indígenas, que foram historicamente marginalizados e subalternizados.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

APINAJÉ, J. K. R.; APINAJÉ, R. F. da C. Processo de educação Panh? Apinajé: contribuição política sociocultural / Panh? Apinajé xujahkre n? kot amnh? nh?pêx. **Articulando e Construindo Saberes**, Goiânia, v. 3, n. 1, 2018. DOI: 10.5216/racs.v3i1.55370. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/racs/article/view/55370>. Acesso em: 28 maio. 2023.

ARAÚJO, K. dos S. AS DIFERENÇAS E AS PARECENÇAS ENTRE ALUNOS INDÍGENAS KRIKATI E NÃO INDÍGENAS NO C. E. PARSONDAS DE CARVALHO. **Articulando e Construindo Saberes**, Goiânia, v. 2, n. 1, 2017. DOI: 10.5216/racs.v2i1.49010. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/racs/article/view/49010>. Acesso em: 28 maio. 2023.

BRITO, W. da M. A CHEGADA DA TECNOLOGIA NA EDUCAÇÃO DO POVO XERENTE. **Articulando e Construindo Saberes**, Goiânia, v. 2, n. 1, 2017. DOI: 10.5216/racs.v2i1.49005. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/racs/article/view/49005>. Acesso em: 28 maio. 2023.

DIAS, Luciana de Oliveira. **Tema contextual como possibilidade transdisciplinar na educação intercultural**. Revista de História de Araguaína, v.12, nº1, 2020.

CARDOSO GAVIÃO, L. P?RPEX JÕ'AMJÕHQ?N FESTA DA TORA DE BARRIGUDA. **Articulando e Construindo Saberes**, Goiânia, v. 1, n. 1, 2016. DOI: 10.5216/racs.v1i1.43040. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/racs/article/view/43040>.

Acesso em: 30 maio. 2023.

HERBETTA, Alexandre. **A dinâmica dos temas contextuais e as transformações da educação escolar indígena**. In: CASTILHO, Alípio Casali Suely (Org.) *Diversidade na educação: implicações curriculares*. São Paulo: Educ, 2016.

IÒLÒ JAVAÉ, S. SABERES JAVAÉ. **Articulando e Construindo Saberes**, Goiânia, v. 1, n. 1, 2016. DOI: 10.5216/racs.v1i1.43012. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/racs/article/view/43012>. Acesso em: 30 maio. 2023.

KARAJÁ, M. A importância da escrita da língua portuguesa para a língua Iny. **Articulando e Construindo Saberes**, Goiânia, v. 3, n. 1, 2018. DOI: 10.5216/racs.v3i1.55389. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/racs/article/view/55389>. Acesso em: 28 maio. 2023.

LACERDA, Rosane Freire. **A “Pedagogia Retomada”: uma contribuição das lutas emancipatórias dos povos indígenas no Brasil**. *Revista Interterritórios*, Caruaru, Brasil, V.7, N. 13, 2021.

LUCIANO, G. J. dos S. Educação para manejo do mundo. **Articulando e Construindo Saberes**, Goiânia, v. 4, 2019. DOI: 10.5216/racs.v4i0.59074. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/racs/article/view/59074>. Acesso em: 22 maio. 2023.

MONTEIRO, John M. **Tupis, Tapuias e Historiadores**. Estudos de História Indígena e do Indigenismo. Campinas. UNICAMP, 2001. Tese de Livre Docência.

MONTEIRO, John M. Armas e armadilhas: história e resistência dos índios. In: NOVAES, Adauto. (org.). **A outra margem do Ocidente**. São Paulo: FUNARTE/Companhia das Letras, 1999, p. 237-256.

NASCIMENTO, Patrícia Emanuelle. **Silêncios da memória: o apagamento do protagonismo indígena em goiás**. *Fronteiras: Revista de História | Dourados, MS | v. 18 | n. 32 | p. 215 - 238 | Jul. / Dez. 2016*

OLIVEIRA, Elismênia Aparecida; PINTO, Joana Plaza. Linguajamentos e contra-hegemonias epistêmicas sobre linguagem em produções escritas indígenas. **Linguagem em (Dis) curso**, v. 11, p. 311-335, 2011.

PEREIRA, D. R. S. **“Temos que ajuntar o conhecimento”: professores indígenas e interculturalidade**. Dissertação de Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015.

PIMENTEL DA SILVA, M.S; SANTOS, L.A; HERBETTA, A.F. **Saberes pedagógicos**. Goiânia : Gráfica UFG, 2019.

PIMENTEL DA SILVA, Maria do Socorro. **A Pedagogia da Retomada: decolonização de saberes**. *Revista Articulando e Construindo Saberes*, Goiânia, v.2, n.1, p. 204-216, 2017.

PORTELLI, A. A Filosofia e os Fatos: Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**, v. 1, n. 2, 1996.

QUIJANO, Anibal. **Ensaio em torno a la colonialidad del poder**. Compilado por Walter Mignolo. - 1ª ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Del Signo, 2019.

SMITH, L. T. **Descolonizando metodologias: pesquisa e povos indígenas**. Curitiba: Ed. UFPR, 2018.

TAPIRAPÉ, A. ARCO E FLECHA APYÃWA. **Articulando e Construindo Saberes**, Goiânia, v. 1, n. 1, 2016. DOI: 10.5216/racs.v1i1.43016. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/racs/article/view/43016>. Acesso em: 30 maio. 2023.

TEIXEIRA, Raquel. As línguas indígenas no Brasil. In: SILVA, Aracy Lopes da e GRUPIONI, Luís Doniseti Benzi (Orgs.). **A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus**, p. 291-311, 1995.

URÉBÉTÉ, E. T. COMIDA TRADICIONAL XAVANTE. **Articulando e Construindo Saberes**, Goiânia, v. 2, n. 1, 2017. DOI: 10.5216/racs.v2i1.49067. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/racs/article/view/49067>. Acesso em: 28 maio. 2023.

WALSH, Catherine. Decolonialidades, interculturalidades e imagenes desde las grietas. **Imagens Decoloniais**. Palestra de encerramento. Programa de Pós-Graduação em História (Universidade Federal de Goiás – UFG). 2022. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=7DFcocRIxDA> >. Acesso em: 18 jan. 2023.